



Universidades Lusíada

Miranda, Cybelle Salvador

Apagamentos na memória da Misericórdia no Pará : um estudo iconográfico

<http://hdl.handle.net/11067/6078>

<https://doi.org/10.34628/khqt-dj96>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

Cabe discutir o fluxo da memória e do esquecimento na história das edificações de tratamento à saúde prestado pela Misericórdia em Belém, Pará. Sinalizar no mapa do presente o achado, como quer Benjamin, requer zelo com os vestígios que se inserem, no caso do antigo Hospital da Caridade, num «lugar de memória» que não o inclui na sua narrativa mítica. A respeito do Asilo de Alienados, o apagamento da «mancha negra» do confinamento dos doentes mentais deu lugar a uma escola de magistério, passand...

We discuss the flow of memory and forgetting in the history of healthcare buildings provided by the Mercy in Belém, Pará. The signaling of the finding requires that we care for remains that, in the case of the former Charity Hospital, belong to a «memory place» which, however, does not include it in its mythic narrative. Regarding the Asylum of the Alienated, the deletion of the confinement of the mentally ill gave rise to a School of Teaching and then to the Health Sciences Campus of the Univer...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T22:06:00Z com informação proveniente do Repositório

COORDENAÇÃO

Joana Balsa de Pinho

Maria João Bonina

Fernando Grilo

Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade

ESPAÇOS, FUNÇÕES E PROTAGONISTAS



THEYA

Apagamentos na memória da Misericórdia no Pará: um estudo iconográfico

Resumo

Cabe discutir o fluxo da memória e do esquecimento na história das edificações de tratamento à saúde prestado pela Misericórdia em Belém, Pará. Sinalizar no mapa do presente o achado, como quer Benjamin, requer zelo com os vestígios que se inserem, no caso do antigo Hospital da Caridade, num «lugar de memória» que não o inclui na sua narrativa mítica. A respeito do Asilo de Alienados, o apagamento da «mancha negra» do confinamento dos doentes mentais deu lugar a uma escola de magistério, passando a Campus de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Pará. O local permanece ligado à ciência médica, porém não há qualquer vestígio das presenças anteriores. O apagamento dos vestígios materiais desses nosocômios impede a reconstrução das várias camadas existentes no sítio onde se escava, figurando em imagens saudosistas.

Abstract

We discuss the flow of memory and forgetting in the history of healthcare buildings provided by the Mercy in Belém, Pará. The signaling of the finding requires that we care for remains that, in the case of the former Charity Hospital, belong to a «memory place» which, however, does not include it in its mythic narrative. Regarding the Asylum of the Alienated, the deletion of the confinement of the mentally ill gave rise to a School of Teaching and then to the Health Sciences Campus of the University of the State of Pará. The site remains connected to medical science, but there is no trace of the previous presences. The deletion of the material traces of these hospitals prevents the reconstruction of several existing layers on the site of the dig, which figure in nostalgic images.

SOBRE OS HOSPITAIS DA MISERICÓRDIA HOJE

Sem dúvida, a demolição do antigo Hospital da Caridade, no núcleo pioneiro da cidade, e o desaparecimento do Asilo dos Alienados são representativos de uma memória que se quer seletiva e se resume ao complexo da Santa Casa, edificado em princípios do século XX, de característica pavilhonar, unido à «Nova Santa Casa», um monobloco vertical que imprime uma marca de modernidade ao atendimento prestado.

Assim, discutir a memória e o patrimônio no Pará a partir desta instituição de origem lusitana reveste-se de importância, como emblema de um fluxo de permanências e apagamentos na memória da cidade de Belém.

Para pensar a dialética da memória e do esquecimento na história das edificações de tratamento da saúde prestado pela Misericórdia em Belém, Pará, é necessário sinalizar no mapa do presente o achado, como quer Benjamin¹, o que requer

¹ Walter Benjamin, «Escavar e lembrar», in *Obras escolhidas*, vol. II, trad. José Carlos Martins Barbosa, São Paulo, Brasiliense, 1987.

zelo com os vestígios que se inserem, no caso do antigo Hospital da Caridade, num «lugar de memória» – o Complexo Feliz Lusitânia – que não o inclui na sua narrativa mítica. Com relação ao Asilo de Alienados, o apagamento da mancha estigmatizante do confinamento dos doentes mentais deu lugar a uma escola de magistério, passando a *Campus* de Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Pará. O local permanece ligado à ciência médica, porém não há qualquer vestígio da presença anterior no local.

Faz-se necessária a rememoração da trajetória dos hospitais administrados pela Misericórdia em Belém: segundo Miranda *et alii*², os hospitais dividiam-se em três núcleos: o **Pioneiro**, o da **Santa Casa** e o de **Expansão**, os quais representam a área mais antiga da cidade e os principais vetores de expansão à época.

O **Núcleo Pioneiro** compreende a área inicial de colonização de Belém, estendendo-se pelos bairros da Cidade Velha e Batista Campos. Neste espaço, temos o primeiro nosocômio do Pará: o Hospital Bom Jesus dos Pobres Enfermos. Esse núcleo foi espraiando-se em razão do crescimento urbano da cidade e em razão das políticas urbanas higienistas que preconizaram o afastamento de determinadas doenças do centro de Belém, configurando-se o **Núcleo de Expansão**. Nele, encontramos o Hospital dos Lázaros do Tucunduba, o Hospício de Alienados do Tucunduba, o Asilo de Alienados e os Hospitais de Isolamento³.

Ao deslocar-se de suas instalações na praça D. Frei Caetano Brandão, a Santa Casa de Misericórdia configurou um núcleo próprio, aqui chamado **Núcleo Santa Casa**, que compreende o entorno do largo de Santa Luzia, onde se encontra o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, a maior referência em saúde na cidade de Belém, tanto por sua história quanto pelos serviços de que dispõe⁴.

O NÚCLEO PIONEIRO: HOSPITAL DO BOM JESUS DOS POBRES ENFERMOS

Fundada em fevereiro de 1650, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Pará foi primeiramente instalada em uma pequena enfermaria ladeada por uma igreja – ambas de taipa de pilão – localizada na rua Santo Antônio dos Capuchos,

² Cybelle Salvador Miranda *et alii*, «Caminhos e ausências no patrimônio da saúde em Belém, Pará», *Amazônica: Revista de Antropologia*, vol. 5, n.º 2, 2013, pp. 308-343 (versão eletrônica em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/article/view/1496/1903>, consultada em 20 de julho de 2019).

³ *Idem, ibidem.*

⁴ *Idem, ibidem.*

com o largo da Misericórdia, onde hoje se encontra a praça Barão de Guajará, nas proximidades da loja Paris n'America⁵.

Divergências político-religiosas entre o bispo do Pará e as autoridades da província fizeram com que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia absorvesse, em abril de 1807, todos os bens da Confraria da Caridade. Fundada por D. Frei Caetano Brandão⁶, a Confraria seguia um regulamento de cunho sócio-religioso, responsável por obras de assistência religiosa e social, em razão do estado de pobreza e miséria em que a Província se encontrava⁷.

Entre os bens absorvidos da Confraria da Caridade, encontravam-se diversas propriedades na cidade, a mais importante, porém, era o Hospital Senhor Bom Jesus dos Pobres. Inaugurado em 25 de julho de 1787, localizava-se no antigo largo da Sé, onde hoje temos um chafariz, ao lado da chamada «Casa das Onze Janelas», que outrora fora Hospital Real. É considerado o primeiro nosocômio em alvenaria do Pará⁸. No livro de Vianna, esta é a segunda imagem, após aquela que mostra a Estátua de D. Frei Caetano Brandão no centro do largo da Sé:

Quando em julho de 1787 é finalmente inaugurado, o hospital-asilo construído com as esmolas arrecadadas por D. Frei Caetano Brandão, os habitantes de Belém, são brindados com uma nova casa de assistência denominada Hospital Bom Jesus dos Pobres Enfermos, criada para amparar material e espiritualmente os pobres e desvalidos que se achavam na cidade e em seus arredores. Localizado no Largo da Sé, área do 1º distrito da Cidade, onde ocupava um terreno que ficava às margens do «rio», o dito hospital fora instalado em um prédio que, segundo Arthur Vianna, não apresentava nenhum rigor arquitetônico, compreendendo apenas um casarão bastante espaçoso, ventilado e com boa iluminação⁹. (fig.1)

A partir de 1807, a Santa Casa de Misericórdia ocupou o Hospital. Era deste prédio que a Irmandade administrava o Hospício dos Lázaros do Tucunduba, o

⁵ Alypio Bordalo, *A Misericórdia paraense, ontem e hoje*, Belém, Sagrada Família, 2000.

⁶ D. Frei Caetano Brandão nasceu na freguesia de Loureiro, Portugal, no ano de 1740. Membro da Ordem Terceira da Penitência, chegou à Belém em 20 de outubro de 1783, para assumir o cargo de 6.º bispo da cidade (Cybelle Salvador Miranda *et alii*, *op. cit.*).

⁷ Arthur Vianna, *A Santa Casa da Misericórdia paraense, notícia histórica (1650-1902)*, 2.ª ed., Belém, SECULT, 1992 [1902].

⁸ Cybelle Salvador Miranda *et alii*, *op. cit.*

⁹ Magda Costa, *Caridade e Saúde Pública em Tempos de Epidemias: Belém 1850-1890*, texto policopiado, dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal do Pará pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2006, pp. 68-69.

Hospício dos Alienados, os Hospitais de Isolamento São Sebastião e Domingos Freire, assim como os cemitérios de Nossa Senhora da Soledade e Santa Izabel¹⁰.

No final do século XIX, o Hospital da Caridade, como era popularmente conhecido, não mais atendia às necessidades de assistência da cidade, em virtude de uma série de epidemias que assolaram a capital. Em 1850, através de dois marinheiros da barca *Pollux*, a febre amarela chegou ao Pará. Cinco anos depois, em maio de 1855, a cólera chega a Belém por intermédio da galera *Deffensor*, embarcação que trouxe algumas centenas de migrantes portugueses ao estado¹¹.

O Hospital ainda se mostrou deficiente no trato aos alienados. Em 1865, foi construída uma enfermaria exclusiva para os mesmos no Hospital Senhor Bom Jesus dos Pobres. Porém, com o crescimento do número de internos, a Santa Casa julgou necessária a instalação de um asilo específico para alienados, na fazenda Tucunduba, uma das propriedades da Irmandade, nas proximidades do leprosário que ali existia desde 1815¹².

INÍCIO DO NÚCLEO DA SANTA CASA

Apesar dos esforços, era de extrema necessidade a construção de um novo hospital com capacidade para atender a população de Belém com qualidade. Desta forma, em 1900, é inaugurado o novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, sendo desativado o antigo prédio do Hospital Bom Jesus dos Pobres. Na década de 1930, foi vendido para a Companhia Nipônica e, em 1957, foi desapropriado e entregue ao Ministério da Guerra, sendo utilizado como Estabelecimento de Subsistência. O prédio foi tombado em 1964, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que não impediu sua demolição em 1978¹³.

Em 1890, foi lançada a pedra fundamental do novo Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Em 15 de agosto de 1900, o mesmo foi inaugurado, na rua Oliveira Belo, bairro do Umarizal, cujo projeto é de autoria do engenheiro Manoel Odo-rico Nina Ribeiro¹⁴.

¹⁰ Cybelle Salvador Miranda, *et alii*, *op. cit.*

¹¹ Jane Beltrão, *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*, Belém, Editora da Universidade Federal do Pará, 2004.

¹² Cybelle Salvador Miranda, *et alii*, *op. cit.*

¹³ *Idem*, *ibidem*.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*.

A imagem a seguir ilustra a nobreza da edificação que dava acesso ao Hospital da Misericórdia, aquando de sua inauguração¹⁵. Hoje, onde anteriormente se localizava esta edificação, temos uma construção de feições modernas, seguindo os recentes padrões de arquitetura hospitalar. Vianna mostra a ala direita do Hospital da Caridade, bem como o salão das sessões do Conselho da Santa Casa (figs. 2, 3 e 4).

Destaca-se que os hospitais tradicionais ocupavam uma área valorizada, enquanto os asilos destinados a tratar doentes contagiosos estavam afastados desse núcleo inicial.

NÚCLEO DE EXPANSÃO: ASILOS E HOSPITAIS DE ISOLAMENTO

O Asylo do Tucunduba localizava-se na estrada do Tucunduba, hoje rua Barão de Igarapé Miri, nas proximidades da passagem Alegre até as margens do Igarapé Tucunduba. Foi inaugurado em 1815, nas instalações de uma antiga olaria antes pertencentes aos padres mercedários¹⁶.

Segundo Araújo (1933) e Rego (1979) (*apud* RAMOS, 2002) foi a Santa Casa de Misericórdia que fundou, em 1815, o Hospital dos Lázarus do Tucunduba, em Belém, no atual bairro do Guamá, o qual funcionou até 1938 quando foi desativado em função do rápido processo de urbanização do local. Nasceu assim nesse momento, «[...] o primeiro Leprosário da Amazônia» (RAMOS, 2002, p. 19)¹⁷.

Corroborando as políticas higienistas da época, o local escolhido era distante e de difícil acesso ao centro da cidade, impedindo, assim, que a população sadia – sem bacilo de Hansen – fosse contaminada¹⁸.

A reforma mais importante do Asylo aconteceu em 1905. Outras intervenções, em 1926 e 1928, trouxeram luz elétrica, escolas elementares, espaço de lazer e uma nova capela à colônia. A estrutura física do leprosário segregava os doentes em pavilhões de homens, de mulheres, de moças (virgens), de crianças, na cadeia, na administração, entre outros espaços incumbidos de evitar a propagação da doença¹⁹.

¹⁵ O Município de Belém, *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos*, Belém do Pará, Archivo da Intendencia Municipal, 1906, s. p.

¹⁶ Cybelle Salvador Miranda *et alii*, *op. cit.*

¹⁷ Érika Amorim da Silva, *O cotidiano da morte e a secularização dos cemitérios em Belém na segunda metade do século XIX (1850-1891)*, texto policopiado, dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011, p. 13.

¹⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁹ Cybelle Salvador Miranda *et alii*, *op. cit.*

Em 1915, defende-se a criação de colônias de isolamento como uma maneira eficaz de combate à disseminação da lepra no estado, e, através dela, o Leprosário do Tucunduba pôde, enfim, ser extinto.

A prophylaxia da lepra está exigindo a aplicação de medidas urgentes pela sua disseminação que entre nós vae assumindo proporções assustadoras. A criação de colonias para leprosos, a exemplo do que se está fazendo em paizes adiantados, é uma medida que se impõe, pois só assim se poderá extinguir o Asylo do Tucunduba, que, além de não possuir as condições mais rudimentares de hygiene, tem a lotação já excedida²⁰.

Neste ano, foram executados alguns reparos no Asilo, incluindo a construção de um chalé de madeira. Porém, estes trabalhos eram considerados onerosos, em razão da dificuldade de encontrar operários dispostos a trabalhar naquele ambiente, distante da cidade²¹. O Asylo do Tucunduba foi desativado em 1938.

Em meados do século XIX, a necessidade de se criar um espaço destinado aos loucos da cidade era premente. Era preciso retirá-los do espaço urbano e construir casas destinadas a eles²².

Conhecido como Asilo ou Hospício de Alienados do Tucunduba, foi inaugurado oficialmente em 1873, nas proximidades do Lazareto, também administrado pela Irmandade²³. Porém, as condições de higiene e tratamento eram inadequadas e as instalações no local eram precárias, sendo desativado em 1901.

Através de legislação específica – Lei n.º 1.239 (13/11/1896) e Lei n.º 1.314 (01/12/1887) –, foi autorizada a construção de um novo hospício. A Diretoria da Santa Casa optou por um terreno no bairro do Marco da Légua, bairro destinado ao lazer dos habitantes da cidade, na avenida Tito Franco, atual avenida Almirante Barroso. Inaugurado em 1892, o Hospício de Alienados do Marco da Légua, posteriormente chamado Hospital Juliano Moreira, localizava-se onde hoje temos o Centro de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Pará (UEPA) – Campus II²⁴. No livro *A Santa Casa da Misericórdia paraense, notícia his-*

²⁰ Pará, Governo do Estado, *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Exmo. Sr. Dr. Enéas Martins, governador do Estado, em 1 de agosto de 1915*, Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1915.

²¹ *Idem, ibidem*.

²² Érika Amorim da Silva, *op. cit.*, p. 13.

²³ Ana Maria Oda, Paulo Dalgalarro, «História das primeiras instituições para alienados no Brasil», *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. XII, 2005, p. 20.

²⁴ Cybelle Salvador Miranda *et alii, op. cit.*

tórica, Vianna mostra as imagens dos cemitérios da Soledade e de Santa Isabel, sendo a quinta estampa dedicada ao Hospício de Alienados (fig. 5).

Em 1903, o hospital, até então administrado pela Diretoria da Santa Casa, passou para a gestão do Estado, em razão de uma reforma nos serviços de higiene estaduais.

A MISERICÓRDIA NO ÁLBUM *BELÉM DA SAUDADE*: MEMÓRIA E NOSTALGIA

A obra inicia com um texto de Victorino C. Chermont de Miranda intitulado «Cartão-postal memória de Belém», no qual destaca a função deste como documento, bem como cita as gráficas que os produziram, além de seus fotografos. Nele, destacamos imagens relativas a hospitais, bastante significativas, obtendo maior relevância a iconografia referente à Santa Casa de Misericórdia.

A primeira seção é composta por «Vistas litorâneas, docas e portos, vistas panorâmicas», depois por «Ruas e travessas», surgindo na rua 13 de Maio (antiga rua da Paixão e depois rua Formosa) a fachada da Sede Social da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, situada entre a avenida Portugal e a travessa 7 de setembro, com coroamento em linhas neogóticas²⁵. No setor «Praças, igrejas» se observa, na foto de autoria de Julio Siza, ao fundo da praça D. Fr. Caetano Brandão, um casario, no qual se identifica, em meio a copa das árvores, o Hospital do Bom Jesus do Pobres, antigo Hospital da Misericórdia. Na página seguinte, surge um fragmento de fachada do antigo Hospital Militar como fundo a estátua do frei (fig. 6).

Ao mostrar os «Palácios governamentais, Theatro da Paz, hospitais e asilos, estabelecimentos de ensino, quartéis», surge o Hospital da Ordem Terceira de São Francisco, em 1914, e o Hospital Militar, fotografado por Julio Siza. As fotos de autoria do referido fotógrafo português apresentam características que as identificam, como o uso do sépia, o esfumaçamento dos contornos da foto e a situação em diagonal de sua composição no cartão. As páginas 188 e 189 são dedicadas ao Hospital da Beneficente portuguesa e ao Estabelecimento Hidroterápico gerido pela mesma.

Seis postais demonstram a importância do complexo da Santa Casa de Misericórdia para a cidade: exposta em ângulos diversos, a primeira foto, de 1905, pouco após a inauguração, mostra a esquina da avenida Generalíssimo com a travessa Oliveira Bello, ainda ausente o prédio da Maternidade, o qual é destacado na imagem seguinte (fig. 7).

A terceira imagem mostra a rua Oliveira Bello, com a primitiva entrada do Hospital, e a foto seguinte destaca os pavilhões do «Hospital de Caridade» e o

²⁵ Pará, Secretaria de Cultura do Estado, *Belém da Saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais*, Belém, SECULT, 2004, p. 124.

edifício pórtico. A quinta imagem mostra o Hospital do ângulo do largo de Santa Luzia, tendo em primeiro plano o antigo necrotério, em linhas neogóticas. A última imagem detalha um aspecto do interior do salão nobre. Em seguida, uma foto do «Hospital dos Alienados Marco da Légua», em 1903. Mais adiante, a Santa Casa ilustra outro postal, com duas imagens do Hospital, em meio a Diretoria de Serviço Sanitário e a Biblioteca Pública²⁶ (figs. 8 e 9).

ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: A PROBLEMÁTICA DA PRESERVAÇÃO

A memória para os gregos é ao mesmo tempo «a que faz recordar e a que faz esquecer os males, a rememoração do passado implicando no esquecimento do tempo presente»²⁷. Segundo Nietzsche, «todo agir requer esquecimento» e «há uma grau de insônia, de rinação, de sentido histórico, no qual o vivente chega a sofrer dano e por fim se arruína, seja ele um homem ou um povo ou uma civilização»²⁸. Na perspectiva nietzschiana, só o que não cessa de causar dor é gravado na memória, o que nos põe diante de uma encruzilhada: o que se quer lembrar não está suficientemente marcado e o que está gravado na memória impede a ação. Portanto, a seletividade da memória é necessária, assim como o apagamento das cicatrizes.

Por isso, o passado deve se selecionado criticamente, e a tensão entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido é benéfica para a construção do presente significativa. A hipertrofia da memória também é nociva, pois conduz à histeria. Pensar a tradição e pensar a Modernidade é para Benjamin um processo dialético, é uma construção e não uma reconstrução. O passado não existe enquanto tal, porque existe enquanto fragmentos que devem ser lidos no presente, e a função do historiador crítico é fazer ecoar a voz dos oprimidos de ontem. Contudo, a erradicação de uma edificação da paisagem impede também que se pense nos eventos que lá ocorreram, como refere Manguel:

A memória torna-se concreta em pedras e cunhagem: algo que sirva como lembrete e advertência, e algo que sirva como um ponto de partida para pensamento ou ação. Todos os monumentos trazem tacitamente a inscrição «Lembre-se e pense»²⁹.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 200.

²⁷ Ernani Chaves, «Memória, esquecimento e a constituição histórica da filosofia», s. d., p. 2 [texto de aula da disciplina Memória e Esquecimento, 2003].

²⁸ Friedrich Nietzsche, *Genealogia da moral*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 56.

²⁹ Alberto Manguel, «Peter Eisenman a imagem como memória», in *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 273.

As pedras que simbolizam um enterramento no deserto são decerto mais efêmeras que as grandes construções, porém são mais transcendentais; a sua simplicidade essencial permite maior ressonância do evento simbolizado – a morte.

A construção da memória cultural exige uma estrutura apropriada para o estabelecimento de conexões e a formação de redes, não se relaciona com as referências externas e apoia-se em narrativas e mitos estruturados, que permitem que esta seja propagada para gerações futuras. O filtro da memória é importante para a construção das identidades culturais, assimilação de momentos marcantes de vitória e derrota, esquecendo as vergonhas e humilhações³⁰.

Escrever a história dos vencidos necessita de elementos que não constam nos livros oficiais. Por isso, Benjamin usa uma teoria da memória e da experiência, uma experiência coletiva que permita religar o passado submerso com o presente. As ressurreições do passado coletivo são o trabalho do historiador materialista. O trabalho da memória não é fluido, mas muitas vezes interrompido por resistências dadas por momentos de sofrimento e derrota. Nesta atividade da rememoração, ocorre uma mistura de tempos, em que o presente é privilegiado por trazer à tona lembranças que, vistas em relação a este, podem ser objeto de transformação³¹.

E a memória é o meio do vivido, que deve ser vasculhada como quem escava, em busca das várias camadas de tempo que estão imersas. Benjamin ensina o caminho que deve trilhar aquele que deseja conhecer o passado: assinalar no presente o local do achado antigo e indicar as camadas a partir das quais esses achados se originam, desde a superfície³².

Portanto, para ler os fragmentos da história expressos nas formas materiais dos monumentos históricos é preciso ultrapassar a leitura mítica e fazer o papel do historiador crítico: ouvir as vozes esquecidas, através dos pequenos indícios, das imagens apagadas na memória daqueles que vivem o espaço.

No mundo contemporâneo, a história adquire o caráter de um tribunal, diante do qual as testemunhas são citadas. Vivemos uma «Era do testemunho». Cada vez mais se vê a ascensão do registro da memória – fragmentário, calcado nas experiências individual e da comunidade, no apego a locais simbólicos e não tendo como

³⁰ Aleida Assmann, «A gramática da memória coletiva», *Humboldt*, n.º 86, 2003, pp. 2-4.

³¹ Ernani Chaves, «História, memória e esquecimento», in *No limiar do moderno: estudos sobre Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin*, Belém, Paka-Tatu, 2003.

³² Walter Benjamin, *op. cit.*

meta a tradução integral do passado. Acentua-se o movimento dos lugares de memória (*lieux de mémoire*): o historiador-arqueólogo³³.

Não existe, pois, história neutra; nela, a memória como categoria mais afetiva de relacionamento com o passado intervém e determina seus caminhos, reconhecendo-se o conflito entre as diversas memórias coletivas. Segundo Hawbuchs, a história entra em cena com o fim da tradição. Para Benjamin, o historiador crítico trabalha com a montagem, a partir de uma *collage* de escombros e fragmentos do passado que só existe hoje como destroço – o historiador se parece com o catador de trapos, que não distingue os mais valiosos dos aparentemente sem valor, mas pretende reordená-los na mística da salvação.

A ausência dos *cadres de mémoire* depois da 2.^a Guerra Mundial – ausência de traços, de vestígios materiais das cenas traumáticas – dificulta o trabalho da memória, suscitando a necessidade dos testemunhos dos sobreviventes e de suas famílias. Do mesmo modo, a ausência da edificação do Hospital Juliano Moreira (Asilo de Alienados) faz com que sejam necessários os depoimentos dos seus atores sobreviventes, bem como a consulta de seus acervos pessoais.

Nora afirma que «Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história»³⁴. Em decorrência da aceleração do mundo moderno, nota-se a distância entre memória verdadeira, social, pertencente às sociedades arcaicas, e história, que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado. Desde que haja rastros, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.

A memória é um elo vivido no eterno presente. A memória é o absoluto e a história o relativo, mas a memória é coletiva e a história é universal. Assim, para Nora, a História da história na França subverte uma história-memória por uma história crítica. História santa, porque nação santa.

Os lugares de memória são restos, são sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza. A memória tomada como história, a memória arquivística, material.

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não so-

³³ Márcio Seligmann-Silva, «Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento», in *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2003, pp. 59-89.

³⁴ Pierre Nora, «Entre memória e história: a problemática dos lugares», *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, n.º 10, 1993, p. 7.

mente pelos meios técnicos de reprodução e de comemoração de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio³⁵.

O autor diagnostica a hipertrofia da função da memória. Memória-prótese. Essa memória nos vem do exterior e nós a interiorizamos como uma obrigação individual. Memória-arquivo, memória-dever e memória-distância. O que buscamos no passado é aquilo que nos falta no presente. Os lugares de memória – uma outra história: material, simbólico e funcional. Contudo, trazendo para a realidade paraense, não foi atingido o patamar detectado por Nora na França, de modo que os arquivos institucionais, ainda incipientes, não permitem que se faça a leitura de lugares de memória.

A razão fundamental de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento. São lugares de memória dentre os livros de história aqueles que se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem os brevíários pedagógicos, assim como os acontecimentos vistos retrospectivamente como marcos iniciais – cemitérios, museus e aniversários. Em relação à Misericórdia, o livro de Vianna, encomendado pelo provedor Antonio Lemos, é um objeto que tende a ser referência fundamental no tema, que, pela escassez de estudos, se torna frequentemente em única fonte de informação. Para uma noção da repercussão da mesma, destaca-se sua inclusão no Acervo da Misericórdia da cidade do Porto, em Portugal.

Os «lugares de memória» não têm referentes na realidade. Eles o são seu próprio referente, com múltiplos significados. «O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais»³⁶. Os camponeses eram uma coletividade-memória. O fim das sociedades-memória e das ideologias-memória.

A ausência do prédio do Hospital Bom Jesus não se faz sentir no lugar de memória denominado Feliz Lusitânia. Ao contrário, no local onde existia o edifício do primeiro hospital belemense, triunfa um chafariz e o largo que dá acesso ao moderno píer. Nenhuma referência a ele, apenas a figura de D. Frei Caetano Brandão sobressai na praça, ele que fora o benfeitor da Irmandade da Caridade, que o construiu. A referência imagética nos traz Artur Vianna, em seu livro *A Santa Casa da Misericórdia paraense, notícia histórica*, encomendado pelo então provedor e também intendente Antônio Lemos. Este sim, um «lugar de memória», narra a história da instituição que se tornou oficial.

³⁵ *Idem, ibidem*, p. 15.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 7.

Os apagamentos na memória da Santa Casa ocorrem pela destruição de seu patrimônio material, restando apenas o patrimônio imagético exposto por Vianna no livro-memória institucionalizada. Nos espaços de saúde, o avanço das tecnologias de diagnóstico e tratamento, bem como a necessidade sempre crescente de espaços devora as antigas edificações, tratadas como meros «meios» sem maior significado cultural. Por outro lado, os apagamentos de vestígios (traços) servem a erradicação de momentos vergonhosos ainda hoje presentes na memória dos sobreviventes ao Hospital Psiquiátrico ou de seus herdeiros. O esquecimento pode ser perigoso, pois se abre a possibilidade de retorno do passado, com novas feições, e impede a reconstrução das várias camadas existentes no sítio onde se escava. Numa sociedade em que a ciência avança ligeiro, não é possível admitir que as instituições desprezem a memória social, que, mais do que institucional, é de todos.

NOTA CURRICULAR

Cybelle Salvador Miranda, arquiteta e urbanista, doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, coordena o La-

boratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO) na Universidade Federal do Pará. Investigadora associada ao CLEPUL, Universidade de Lisboa, concluiu pós-doutoramento em História da Arte na mesma Universidade. E-mail: cybelle1974@hotmail.com